

Entrevista com **Fernanda Bortone** (CRP 05/26510), psicóloga e colaboradora da Comissão de Educação do CRP-RJ.

**1) Qual é o lugar reservado para o psicólogo no campo da educação atualmente? O que se demanda desse profissional no ambiente escolar?**

O espaço do psicólogo no campo da educação tem sido ampliado nos últimos anos, principalmente através da inclusão dos mesmos em equipes multidisciplinares nas secretarias de educação e através da alocação em “centros” de atendimento às crianças com queixas escolares. Esta ampliação merece ser analisada criteriosamente, pois a mesma não deve ser vista somente como o reconhecimento da importância do profissional para área ou possibilidade de garantia de empregabilidade.

Creio que precisamos entender que campos de força mobilizam hoje a entrada deste profissional na escola ou nas secretarias. E a partir deste entendimento atuar tendo em vista um compromisso político de contribuir para a construção de espaços de aprender juntos, onde as diferenças sejam valorizadas, sejam criadoras de modos de convivência mais plurais, solidários, emancipatórios e não individualistas, mecânicos, competitivos e aprisionadores dos sujeitos em modelos totalizantes.

As histórias vividas no campo de atuação têm me mostrado um intenso processo de fabricação em série de “alunos problemas”. Diante deste desvelamento, creio que, ao invés de atuarmos nesta engrenagem como fortalecedores desta produção, podemos intervir perguntando como as relações de aprendizagem, como as relações diagnósticas fabricam estes alunos. Questionando no cotidiano de trabalho que práticas objetivam/objetivaram o “aluno problema”, o imaturo, o hiperativo, agressivo, lento.

Não se trata de simplesmente recusar as solicitações de atendimento individual do “aluno-que-fracassa-na-escola”, mas de colocá-la em análise coletiva, recusando o entendimento desta “categoria de aluno” como essência, o que nos faz olhar para esses sujeitos como corpos desencarnados, sem história - concepção tão cara ao sistema capitalista que afirma o fracasso ou sucesso como resultado obtido por méritos pessoais.

Creio que nossa possibilidade de intervenção pode se dar numa tentativa de construção de espaços/tempos de análise coletiva, onde possamos devolver à história aquilo cuja existência “naturalizamos”.

Deste modo, penso que precisamos desnaturalizar o “fracasso escolar” como sintoma dos “conflitos internos” do aluno e/ou efeito das relações familiares “desestruturadas”, combater a relação não aprender–doença, o psicologismo e a medicalização que deslocam problemas sociais e políticos para o campo médico, anestesiando as lutas por políticas públicas de qualidade social.

Para tal, é fundamental que o psicólogo escolar, ou o psicólogo que atue com crianças encaminhadas com queixas escolares, pise no “chão das escolas”, saindo de seus gabinetes, para trazer os cheiros, imagens, asperezas, sons, sabores da escola a fim de confrontá-los com o texto tradicionalmente insípido, inodoro, asséptico e distante da intensidade da vida, dos encaminhamentos e relatórios.

Entendo que a vida que pulsa na escola pode nos mostrar, se não usarmos o filtro da normalização, que nenhum modelo de criança, nenhuma essência do infantil, nenhuma

seqüência de fases do desenvolvimento ou padrões de formas de aprender dão conta da multiplicidade dos modos de ser criança e das infinitas formas de aprender, usar e fazer a escola.

## **2) Como o trabalho do psicólogo pode ser mais bem aproveitado na escola?**

Creio que a partir de uma perspectiva que entenda que a prática psi deve se confrontar com o tratamento reducionista das queixas escolares, no sentido de complexificar e desnaturalizar os modos hegemônicos de tratamento das mesmas, podemos construir práticas que não tratem o sujeito a partir das faltas que lhe foram imputadas, fazendo com que determinadas crianças e suas famílias, sobretudo as das classes populares, sejam constantemente marcadas por “não” saberes. Muitas vezes, as mesmas crianças que nos são encaminhadas por serem agressivas, hiperativas, retardadas, desatentas ou lentas, podem ser vistas em seu bairro criando brincadeiras, histórias, canções, desenhos ou realizando trabalhos que exigem fazeres e habilidades que desmentem ou contradizem estes diagnósticos e modos de narrar as infâncias que não se adaptam a um “modelo de aluno”.

Essas crianças são marcadas por um processo tão violento de ensinamento sobre si que raras vezes podem resistir à crença de que não são culpadas por não aprenderem as letras, por reagir a isso, por não copiar a tarefa que lhe parece enfadonha, culpada por preferir dançar ou brincar a fazer o ditado que ela não consegue escrever, por não aprender a armar a conta ou decorar a conjugação dos verbos, por não atingir as expectativas de suas famílias e professoras.

Creio que nossa atuação pode se dar no sentido de desnaturalizar tais queixas e construir espaços de potencialização desses sujeitos, onde se possa dar visibilidade à força, à poesia, às belezuras que acontecem e podem acontecer nos encontros entre educadores e crianças no cotidiano escolar.

Para tal, podemos fabricar dispositivos de análise coletiva, que tomem o cotidiano como campo de problematização, buscando nos fragmentos da vida comum, a possibilidade de produção de estranhamentos, diferenças, indagações e construção de respostas plurais que não ignorem os saberes produzidos no cotidiano escolar.

Isto não é uma tarefa fácil, pois o “especialismo” e a fragmentação dos conhecimentos, que costumam definir campos de atuação, têm isolado fazeres. Assim, não cabe ao psicólogo, por exemplo, discutir temas relacionados ao campo da educação, cabendo a ele, “dar conta” de questões emocionais, individuais, dos “fenômenos intrapsíquicos” que poderiam impedir o aprendizado “normal” ou mesmo forjar comportamentos inadequados. Romper com esta lógica tem sido um desafio constante.

Acredito também que seja imprescindível colocar nossas práticas em análise e perceber o quanto elas estão marcadas pela história de nosso campo de atuação em suas tentativas de disciplinar, controlar e operar uma “ortopedia” nas crianças e suas famílias, e também em alguns casos nos educadores.

É importante que possamos perceber o quanto nossas práticas muitas vezes reforçam as engrenagens que produzem o “aluno problema”, o quanto colaboramos para inseri-lo numa rede de atendimento, que, muitas vezes de forma fragmentada e descolada das questões pedagógicas, ignora o contexto de produção do “aluno problema” e contribui

de forma significativa para a culpabilização da criança, tornando-a responsável pelo fracasso.

Entendo que devemos nos aliar aos professores e, ao invés de culpabilizá-los pela produção dos encaminhamentos, provocar questionamentos sobre o cotidiano da escola, que apontem como o processo de entrada das crianças com “dificuldades de aprendizagem” ou “agressivas” na rede de saúde pode escamotear questões referentes às políticas educacionais vigentes. Assim como impedir a problematização das concepções de avaliação, educação, infância, normalidade, disciplina e conhecimento que também sustentam e incrementam a produção dos encaminhamentos.

### **3) Como o psicólogo poderia se posicionar para ocupar melhor seu espaço no campo da educação e proporcionar uma intervenção?**

Acredito que cada contexto de trabalho pode suscitar um modo de intervir, e que existem contextos mais favoráveis e outros não. A atuação do psicólogo escolar no setor público pode, por exemplo, sofrer com os entraves e limites impostos por algumas políticas de governo, assim como as constantes mudanças de gestão.

Muitos profissionais lotados em secretarias de educação são entendidos como funcionários da gestão e implementadores da política de governo, sendo ameaçados em sua autonomia de trabalho.

Nas instituições privadas, esta ameaça se concretiza na necessidade de uma observância da filosofia educacional da escola, que muitas vezes traz implícitas concepções contrárias ao trabalho do profissional psi.

Não tem sido tarefa fácil encontrar caminhos para uma atuação que muitas vezes acena para o confronto com essas políticas, mas acredito que o cotidiano nos fornece pistas para invenções de formas de embate e resistência, assim como a busca por alianças com outros profissionais da área.

Tem sido nas conversas tecidas no cotidiano das escolas que se têm encontrado pistas para uma prática psi que busca desvelar a historicidade das queixas escolares, assim como as concepções que atravessam essas queixas: concepções de família estruturada, criança normal, sexualidade normal, relação ensino-aprendizagem etc.

Uma das ferramentas deste trabalho foi a organização de um ciclo de encontros com os pedagogos da rede municipal de educação de Maricá, município em que atuo como psicóloga. Neste ciclo debatemos assuntos escolhidos pelo grupo e que de alguma forma atravessam a produção dos encaminhamentos, entre eles: alfabetização, currículo, avaliação, medicalização do cotidiano escolar, educação inclusiva, relação família e escola entre outros.

Nestes espaços de discussão e construção coletiva de conhecimentos, pudemos questionar algumas práticas naturalizadas nas escolas tais como: a busca por uma “homogeneização” das turmas como estratégia facilitadora do processo de aprendizagem, a concepção de família estruturada, de criança, a não retenção como causa do fracasso escolar ou do “desinteresse das crianças” e a indisciplina como problema a ser resolvido e não como possibilidade de pôr em análise a prática pedagógica e o contexto escola.

Fui convidada por uma destas pedagogas para conversar com as professoras que afirmavam ter questões que para elas somente um psicólogo poderia responder. Pedi então que a pedagoga recolhesse essas perguntas. No dia do encontro, levei as perguntas para a roda de conversas e li cada uma para o grupo. As professoras foram respondendo as perguntas, aconselhando umas as outras, debatendo pontos de divergência e construindo táticas, respostas coletivas. Meu trabalho foi o de mediar à discussão e participar das discussões. As respostas para as perguntas sobre questões que emergiram no cotidiano de trabalho, foram dadas pelo/no grupo. Podemos provocar, mesmo que pontualmente, uma ruptura no isolamento das praticas.

Assim, penso que uma possibilidade de atuação do psicólogo pode ser a construção junto aos professores, pedagogos, funcionários da escola, familiares e crianças, de espaços tempos de narração do cotidiano e circulação de saberes e experiências. Deste modo também, provocar outra relação com o tempo, buscando sua desburocratização, sua desaceleração e a potencialização do coletivo.

#### **4) Como você vê a questão da medicalização da vida escolar, que vem ocorrendo nos últimos anos? Como o psicólogo poderia intervir nessa situação?**

A medicalização tem adentrado a escola de modo a transformar os problemas da vida e a expressão das diferenças com relação ao modelo de aluno, em doenças, em distúrbios, transtornos. Assim, pratica-se a normalização da vida por meios de saberes legitimados pela ciência e pela técnica.

Acredito que a lógica medicalizante que atravessa a intensa produção de encaminhamentos de crianças para as unidades de saúde é acima de tudo política, que busca transformar a diferença em algo negativo, ao invés de tomá-la como possibilidade de emergência de uma escola plural, híbrida. Esta lógica, ávida por aprisionar os sujeitos em categorias e em identidades cristalizadas, produz capazes e incapazes, competentes e incompetentes, seguindo os modelos de eficácia que o mercado impõe a cultura, justificando e aprofundando desigualdades.

Assim, creio ser fundamental que, nos espaços de formação ou mesmo nos encontros em nossos cotidianos de trabalho na escola ou nos ambulatórios, possamos atuar no sentido de por em análise essa lógica, discutindo os modos em que ela pode se revelar, como, por exemplo, nos encaminhamentos em série, nos pedidos de laudos e pareceres para justificar a repetência ou a aprovação, no modo como a expressão que se diferencia do que se tenta homogeneizar é silenciada, na forma como algumas crianças são avaliadas, diagnosticadas e tratadas antes mesmo de serem introduzidas numa rede de saúde, nos pedidos de adequação e normalização das crianças, entre outras.